IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CUIABÁ - MORTE E ENTERRAMENTOS DOS POBRES EM CUIABÁ NO LIMIAR DO SÉCULO XX

Maria Aparecida Borges de Barros Rocha - Doutoranda em História na Universidade Federal de Goiás – UFG

A população da cidade de Cuiabá desde sua fundação no século XVIII até a década de sessenta do século XIX efetuou enterramentos de seus mortos no interior dos templos religiosos, locais onde professavam sua fé e onde se realizavam os principais rituais de vida e de morte como quando recebiam o batismo, se uniam em matrimônio e depois de sua morte, recebiam a extrema unção e ali mesmo eram sepultados. Desde a Lei de 1º de Outubro de 1828 havia, no entanto, proibição de enterramentos no interior dos templos, mas, os enterramentos em Cuiabá só passaram a ser efetuados nos cemitérios na segunda metade do século XIX, quando a morte se defronta violentamente com os vivos, uma vez que a cidade se depara com dois grandes flagelos representados pela Guerra do Paraguai e em conseqüência, pelo contágio da Varíola. A partir dessas ocorrências os Cemitérios da Piedade, no Primeiro Distrito e de S. Gonçalo de Pedro II, no Segundo Distrito passam a ter aceitação da população. A construção e utilização desses cemitérios foi previsto a partir da aprovação de um Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade determinando em 64 artigos as novas práticas de enterramento baseadas nas normas de higiene e salubridade defendidas principalmente por higienistas e pelos Presidentes de Província. (ROCHA, 2005, p. 57-77)

Além dos cemitérios citados acima, na segunda metade do século XIX um terceiro campo de inumação chamado Cemitério do Cai-Cai, foi construído em local afastado da cidade onde passam a ser enterrados os mortos pela varíola, terrível mal que infestou a cidade em 1867. (VILELLA, 2005)

A segunda metade da década de 1860 foi um período muito penoso para a população da cidade de Cuiabá. Em novembro de 1864 dá-se a inauguração do Cemitério da Piedade, o primeiro cemitério fora dos templos da cidade. Em dezembro do mesmo ano as tropas paraguaias invadem o sul da província de Mato Grosso. Na mesma época cheias do rio Cuiabá invadem a cidade e plantações ribeirinhas, trazendo a

fome. Em 1867 a população cuiabana é assolada pela epidemia de varíola. Volpato (1993) denomina esse período de *Apocalipse Cuiabano*, quando se estabelece o medo da morte através da fome, da guerra, da peste e das intempéries naturais.

Anteriormente havia uma relação de proximidade com a morte, os enterramentos no interior dos templos eram efetuados pelas irmandades religiosas que de acordo com seus compromissos definiam seus espaços de inumação e aglutinavam a população em torno de um santo padroeiro e um templo religioso, porém, atentando à condição social e da cor da pele de seus participantes, pois, em Cuiabá no século XIX, como em outras cidades do Império, havia irmandades de brancos, de pretos e de pardos, além da Irmandade da Misericórdia que enterrava os pobres. (ROCHA, 2005)



As irmandades eram associações leigas criadas e organizadas pela sociedade civil junto às Igrejas tendo por referência um santo padroeiro. O Cemitério da Piedade, assim como o Cemitério de Pedro II, traz ainda hoje em seu interior paredes divisórias e portões, indicando a existência de cemitérios de diferentes irmandades, como a

Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade do Rosário e São Benedito. Antes desses cemitérios essas irmandades efetuavam enterramentos no interior dos templos. A imagem acima apresenta a entrada do cemitério da Irmandade do Rosário e São Benedito.

Cada irmandade buscava oferecer enterramento digno ou com pompa fúnebre aos seus irmãos. Participar de uma irmandade garantia prestígio social, mas, também determinava algumas obrigações como o comparecimento às cerimônias fúnebres objetivando garantir ao morto todos os rituais considerados necessários nesse último momento. Esses rituais de solidariedade se associavam à noção de que a boa morte nunca seria uma morte solitária e desprovida de cerimônias.

Os Compromissos das irmandades estabeleciam direitos e deveres dos irmãos, assim como determinavam como necessário o bom comportamento e a prática da fé católica,o pagamento das anuidades, a participação nas cerimônias religiosas, a assistência médica e jurídica quando necessária, mas, principalmente, buscavam garantir o direito a um enterro decente, assim como a toda a sua família, obrigatoriamente em sepulturas no interior das capelas da irmandade em solenidade acompanhada de todos os irmãos. Algumas irmandades cujos irmãos contavam com maior poder aquisitivo tinham como propósito proporcionar luxo nas pompas fúnebres de seus mortos; em Cuiabá irá se destacar como irmandade das elites a Irmandade do Senhor Bom Jesus.

A irmandade do Rosário e de São Benedito, definidas como dos homens pretos, são organizadas como espaços de solidariedade junto aos embates diários de uma sociedade escravocrata que, no entanto, cotidianamente aproximava escravos, libertos e livres pobres através de relações diversas, além dos espaços religiosos. A religião católica imposta aos escravos inculcava preceitos morais e crença na vida eterna da forma concebida pelos brancos, sendo as irmandades constituídas como instrumentos de domínio português sobre os corpos e almas coloniais. Ao pertencer a uma irmandade religiosa, apesar das influências da cultura negra, o escravo adquiria importância social no mundo religioso cristão, integrando-se nesse espaço sagrado e cultural. **(**VOLPATO, 1993, p. 150)

Além de representarem espaços de manifestações religiosas, as irmandades reproduziam a divisão social existente desde o período colonial, centrada especialmente

na questão étnica. A Irmandade do Bom Jesus era o espaço dos homens brancos, a de São Benedito reunia os homens pretos, enquanto as irmandades do Senhor dos Passos e da Boa Morte reunia os homens pardos, fossem eles libertos ou alforriados

As festas das irmandades também eram lugares de aglutinação de manifestações e de gestos de devoção e louvores dos irmãos aos seus santos protetores, estabelecendo relações de troca e busca de proteção para o corpo e para a alma.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, como de outras cidades, tinha seu corpo de associados formado por um número de pessoas da maior estirpe da cidade, aglutinando os mais prestigiosos cidadãos e senhoras consideradas de reconhecida caridade, a quem foram endereçados os diversos cargos, contando no ano de 1879 com a presença de um barão, uma baronesa, cinco doutores e um desembargador ocupando os cargos mais importantes na constituição de sua mesa administrativa[1]. No entanto, diferentemente de outras irmandades citadas, seus objetivos não se restringiam ao atendimento de um número restrito de pessoas reconhecidas como irmãos.

As Irmandades da Misericórdia tinham como propósito amparar os destituídos da sociedade, essas atividades eram facilitadas por seus irmãos serem todos fidalgos, socialmente e economicamente muito privilegiados. J. J. Reis define as Misericórdias como irmandades poderosíssimas, porque seus membros pertenciam à nata da elite branca colonial e controlavam na Bahia e em outras regiões vasta rede de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios. (REIS, 1991, p. 51)

Os irmãos da Santa Casa deveriam contribuir pagando jóias de entrada, anuidades, esmolas e participar de loterias além de oferecer rendas de propriedades e legados em testamentos. Em Cuiabá essas práticas de recebimento eram comuns, além de rendas provenientes de juros de capital e de apólices e auxílio do governo da Província definidos como subvenções, consignação ou subsídios. Esses recursos, definidos pela Provedoria da Santa Casa, tinham por objetivo custear a construção, reforma e manutenção de igrejas, asilos, hospitais e cemitérios, a compra de objetos de culto e fornecimento de vestuários aos morféticos e escravos sob sua responsabilidade, assim como o fornecimento de utensílios diversos para enfermarias, o sustento aos

[1] Jornal A Província de Mato Grosso de 28.09.1879 - APMT

presos pobres, o fornecimento de mortalhas para enterramentos dos pobres, além de dar sustentação à folha de pagamento de religiosos e funcionários da instituição.

Mas, para fazer parte do corpo da Irmandade da Santa Casa, fazia-se necessário atender algumas exigências, um dos principais critérios ao pleitear participação na Irmandade da Misericórdia na Bahia como no Rio de Janeiro era ser reconhecido como "limpo de sangue", ou seja, não contar na sua família nem de sua esposa com elementos definidos como Mouros ou Judeus. Essas preocupações aparecem também em compromissos de outras irmandades e estava sempre presente nos compromisso das Irmandades da Misericórdia. Na cidade de Cuiabá a Misericórdia aprovou seu compromisso em 12 de Novembro de 1879 contendo dezesseis capítulos e 54 artigos.

Embora se dedicassem à caridade, a Santa Casa de Cuiabá, como de outras cidades, assim como outras irmandades ou ordens religiosas, aceitavam a escravidão, sendo elas próprias possuidoras de representativos plantéis de escravos, muitos deles recebidos em testamentos por ocasião do falecimento de seus irmãos quando costumavam receber toda espécie de donativos. O primeiro capítulo do Compromisso da Irmandade de Misericórdia de Cuiabá afirma os objetivos que a mesma tem por fim, elencando-os, conforme abaixo:

> *1º - Praticar as obras de caridade*
>
> *2º- Prestar devoto culto à Mãe de Deus, sob a invocação da Imaculada Conceição, padroeira deste hospital.*
>
> *3º- Dar sepulturas aos corpos dos irmãos falecidos, de suas mulheres, viúvas ou filhos que faleção sob seu poder.*
>
> *4º- Socorrer aos irmãos enfermos, que necessitarem dos auxílios da irmandade; acolhendo-os em seus hospitais ou ministrando-lhes socorro em suas casas, se nisso acordar o provedor.*
>
> *5º- Receber nos hospitais indistintamente todos os pobres enfermos, tratando-os e dando-lhes mortalha e sepulturas, quando faleção.*
>
> *6º - Exercitar o maior número de obras de caridade que as circunstâncias da irmandade permitirem*[2].

[2] Compromisso da Irmandade de Misericórdia de Cuiabá – Arquivo Memória do Poder Legislativo. Cuiabá MT.

A Santa Casa tinha, portanto, como um de seus principais objetivos o atendimento aos pobres e desvalidos que buscavam bálsamo para o corpo e para a alma, quando doentes ou quando diante da morte, sendo recebidos pela Santa Casa, esta deveria atendê-los e tratá-los. Quando do falecimento destes, deveria fazer o enterramento de seus corpos, oferecendo-lhes mortalha e sepultura, com piedade cristã.

A respeito dos enterramentos dos pobres na cidade de São Paulo Sandra Paschoal L. de Camargo Guedes comenta:

> *Até o século XIX, aproximadamente, os defuntos eram sepultados apenas com a roupa do corpo ou com a mortalha escolhida. Não era costume utilizar-se caixões mortuários ou outro tipo de proteção aos cadáveres. Cada igreja possuía geralmente um caixão que servia apenas para o transporte do corpo da casa até o local em que deveria ser efetuado o sepultamento. Após o depósito do defunto na cova, o caixão era devolvido à sacristia, onde permanecia à espera de outro cadáver*. (GUEDES, 1986, p. 63)

A realidade da Santa Casa de São Paulo definida por Guedes nos leva a pensar sobre as práticas de enterramentos em Cuiabá, pois de acordo com o Orçamento de Despesas da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Cuiabá para o ano financeiro de 1852 foi feita previsão de gastos de 600$000 com a compra de *mortalhas para os corpos* e outras despesas caracterizadas como *imprevistas*, não aparecendo, no entanto, previsão de gastos com caixões mortuários, indicando que provavelmente não eram utilizados nos enterramentos dos pobres ou que se existiam eram também reutilizados. Em 1857 a previsão de gastos da Provedoria da Santa Casa enuncia a despesa de 400$000 com utensílios para as enfermarias, roupas, lavagem destas e confecção de mortalhas, novamente não aparecem despesas com caixões mortuários. Entendemos como mais provável que a Santa Casa de Cuiabá, naquele período, diferente da Santa Casa de São Paulo não utilizava caixões, mas apenas mortalhas e esquifes na inumação dos cadáveres pobres.

O uso de mortalhas de santos, no entanto, não era característica apenas dos pobres, era muito comum em todo o país representando um apelo para que ajudassem os mortos assim vestidos na travessia da vida para a morte. As mortalhas variavam de acordo com a preferência, idade, sexo e posses da família enlutada. No século XIX, até a década de 1870 encontramos em Cuiabá testamentos de irmãos da Santa Casa, de

condição econômica privilegiada, indicando desejo de serem enterrados com mortalhas muito simples e pobres, pois no momento da morte fazia-se necessária certa simplicidade. Depois dessa década rareiam essas indicações e na primeira década do século XX diferente denominação aparece nas despesas da Santa Casa: em vez do termo *mortalha* aparecem os termos *vestuários e utensílios.* Dentre esses vestuários estariam ainda as mortalhas, uma vez que a Santa Casa continuava a exercer seu papel fazendo enterramento dos pobres? Sobre o uso de mortalhas na Bahia, Reis afirma não haver entre as irmandades orientação definida, uma vez que os compromissos não obrigavam ou recomendavam tipos específicos de mortalhas. (REIS, 1991, p. 127)

Sobre os enterramentos dos pobres em São Paulo do século XVIII, Taunay salienta que famílias decadentes ou empobrecidas, não podendo arcar com os custos de um enterro faustoso, faziam sepultar seus mortos furtivamente em redes durante a noite ou na madrugada (TAUNAY, s/d, p. 132). Reis (1991) comenta sobre a prática na cidade de Salvador de enterramentos noturnos feitos à luz de velas e de foguetórios, embalados por música e pelo dobrar exagerado de sinos, com cortejos de padres, confrades e pobres às centenas.

Em Cuiabá o uso de redes de dormir era muito comum entre os vivos desde o século XVIII; inclusive entre os abastados. Não encontramos, no entanto, confirmação de enterramentos em redes, mas, um artigo denominado *Enterramentos* publicado no jornal *O Comércio*, que circulou na cidade em 7 de abril de 1910, apresenta muitas críticas aos enterramentos dos pobres efetuados não em redes, mas, através dos esquifes da Santa Casa de Cuiabá; o artigo afirma:

> *A nossa população já está habituada ao espetáculo tão deprimente para os nossos costumes, de ver quase que diariamente passar os esquifes da Santa Casa, sempre conduzidos por quatro gatos pingados que não cessam de deitar espírito ao longo do trajeto que vai do edifício daquela instituição de caridade ao Cemitério da Piedade.*

Nesse texto o jornalista faz censuras aos enterramentos dos pobres efetuados através da Santa Casa e à população que parece ter se habituado a vê-los se arrastando pelas ruas da cidade sem os cuidados considerados necessários; critica também como a população não reage diante de um espetáculo definido pelo autor como deprimente.

Talvez a utilização das redes, nesses enterramentos, pudesse servir para minimizar essas dificuldades.

Esse "espetáculo" em torno dos esquifes da Santa Casa eram comumente conduzidos por pequeno número de pessoas que não teriam nessa última caminhada em direção ao cemitério atitude conveniente que o momento exigiria, uma vez que faziam comentários impertinentes ou inconvenientes ao longo do trajeto, muito provavelmente esse trajeto poderia ser definido conforme Russel-Wood, sobre esses enterramentos em Salvador: [...] *espetáculo bizarro de um cortejo trotando pelas ruas, o esquife saltando nas costas dos carregadores*. (RUSSEL-WOOD, 1968, p. 153)

Rugendas observou que os funerais da maioria dos escravos realizados pela Santa Casa na Bahia eram efetuados sem solenidades; no entanto, contavam com pequeno cortejo fúnebre onde se misturavam ritos católicos e africanos. Podia ter lugar manifestações ruidosas e exóticas acompanhadas de foguetório e música. (MATHIAS, s/d, p. 78)

Ainda a respeito do artigo no Jornal *O Comércio*, o jornalista faz mais censuras às práticas desenvolvidas pela Santa Casa e os enterramentos dos pobres, não se conformando com essa realidade. Em outro parágrafo, após depreciar o trabalho efetuado pela Santa Casa e pela municipalidade junto aos enterramentos dos pobres e indigentes, defende a participação da população nessas atividades:

> *Se a Santa Casa, se a Municipalidade, se o Estado enfim, não querem ou não podem, por um esforço necessário, dar ao cadáver do indigente um leito mortuário modesto, mas, decente, ao povo cabe tomar a si esse encargo.*

O artigo afirma, então, que esse espetáculo cotidiano proporcionado pelos enterramentos da Santa Casa não condiz com a noção de progresso desejado para a cidade e sua população, afinal estamos na primeira década do século XX.

> *O que absolutamente não condiz com nosso progresso é esse espetáculo cotidiano de corpos humanos expostos à curiosidade de transeuntes mal educados, e afinal atirados impiedosamente à cova como cão leproso[...]*

A cena provoca indignação e ela nos é apresentada em toda nudez por uma testemunha ocular de um desses enterramentos. Eis o que nos diz o digno jornalista mato-grossense definindo em poucas palavras uma cena de enterramento efetuado pela

Santa Casa no Cemitério da Piedade que vem coroar toda a crítica até então desenvolvida:

> *Nada pode oferecer um quadro mais lúgubre e compungidor que a maneira pela qual a Santa Casa desta capital dá sepultura aos enfermos que sob seu teto expiram.*

Mas, essa realidade parece fustigar apenas os pobres em Cuiabá. Podemos observar na cidade duas realidades bastante diferentes envolvendo os enterramentos, pois, além do serviço apresentado acima oferecido aos pobres pela Santa Casa, temos os serviços prestados por empresa funerária, conforme o anúncio abaixo publicado semanalmente no jornal *O Comércio* nos dias 10, 17 e 31 de Março de 1910 oferecendo diversas opções de enterramentos e seus respectivos preços.

> EMPREZA FUNERÁRIA
>
> Prontifica caixões mortuários desde os mais simples até os mais luxuosos, por preços sem concorrência. A empresa também executa todos os serviços de carpinteiro, confecciona colchões de arame e prepara quadros com as mais chiques molduras.
>
> PREÇOS DOS CAIXÕES MORTUÁRIOS PARA ADULTOS
>
> Nº1 – Forrado de veludo de seda – 400$000
>
> Nº2 – Idem de belbutina Dourado – 1ª qualidade – 350$000
>
> Nº3 - _____2ª qualidade – 300$000
>
> Nº4 - _____4ª qualidade – 250$000
>
> Nº5 - _____2ª qualidade -2000$000
>
> Nº6 - _____lisa de 1ª qualidade – 175$000
>
> Nº7 - _____lisa de 2ª qualidade – 150$000
>
> Nº8 – Idem de laminas com escamas – 125$000
>
> Nº9 – Idem de laminas lisas – 100$000
>
> Nº10 –Idem de marinó – sem pés - 80$000
>
> Nº11 – Idem de chita com galão superior – 60$000
>
> Nº12 – Idem de chita com galão inferior – 50$000

> NOTA: os caixões de nº 1 e 2 tem direito à armação de primeira classe para câmara mortuária e velas durante a exposição; os números 3 e 4 a mesma armação sem velas e o nº 5 armação de segunda classe sem velas.
>
> PARA CRIANÇAS
>
> Nº 1 – Forrado de finíssimas laminas prateadas – de 60$ a 120$000
>
> Nº2 – Forrado de cetim de primeira qualidade – de 50$ a 110$000
>
> Nº3 – Forrado de belbutina cor de rosa – de 40$ a 100$000
>
> Nº4 – Forrado de setineta branca lavrada – de 30$ a 90$000
>
> NOTA: Os preços mencionados em primeiro lugar são para os caixões de 0,50m; o excedente dessa dimensão pagará 1$000 casa cm.

O anúncio apresenta os serviços prestados pela empresa funerária além dos diversos tipos de caixões para enterramentos oferecidos para adultos e para crianças, todos eles enumerados e identificados de acordo com os ornamentos utilizados e com o valor correspondente. Mais uma vez confirmando que a morte não iguala, nem mesmo os preparativos ou o enterramento, pois envolve a utilização de diversos serviços e ornamentos.

O artigo citado anteriormente apresenta uma descrição do momento em que um corpo transportado por esquife da Santa Casa chega ao cemitério

> *Um corpo transportado da Santa Casa ali chega. A sepultura não está ainda concluída. Arreiam o esquife no solo, sobre pedras, assentam-se os condutores e, em animada prosa, cortada por estrepitosas gargalhadas, aguardam a sua prontificação. Pronta a sepultura, o cadáver é despojado do esquife por dois dos carregadores, um segura-o pelas pernas e o outro pelos braços, levantam-no, chegam-no até as bordas da cova e deixam-no, pesadamente, tocar no fundo. Sem mais, terra sobre o cadáver. Está inhumado.*

A situação caracterizada pelo jornalista como de extremo descaso e desumanidade apresentada em Cuiabá no limiar do século XX parece indicar certa proximidade à realidade apresentada na cidade de São Paulo do século XVIII, quando os enterramentos dos pobres foi severamente condenada por Taunay:

> *Em 1748, um aumento das taxas funerárias levou o povo a reclamar à Câmara do desgosto e constrangimento que passavam ao se verem obrigados a enterrarem os pobres, seus filhos e escravos no bangüê ultimamente feito na Santa Casa de Misericórdia.* (TAUNAY, s/d, p. 233)

Em Cuiabá, já sabendo do modo que se faziam esses enterramentos, o jornalista expectador distanciou-se um pouco da sepultura, para que, não de perto, sentisse a

comoção que, ao contemplar cena tão desumana, qualquer pessoa sensata experimenta. Dando continuidade ao artigo, afirma:

> *A nossa imprensa, diversas vezes tem repisado este assunto, entretanto até hoje, providências não foram tomadas no sentido de ser reparado esse mal que ofende o nosso crédito de povo civilizado.*

Da mesma forma como antes o jornalista coloca sua preocupação com esses enterramentos relacionando-os à necessidade de transformá-los em virtude de não serem condizentes à busca de progresso da região, no trecho acima continua sua reclamação, como representante da imprensa. Afinal como poderia o povo cuiabano ser reconhecido como civilizado sem reparar esse mal, sem resolver essa questão?

> *Pelo que fica exposto não é explicável e nem se pode crer que os fundos existentes não sejam suficientes, ao menos para dar um modesto caixão aos infelizes que, à míngua de recursos para tratamento das moléstias de que são acometidos, reclamam seus cuidados e ali encontram a morte.*
>
> *Ora, se a Diretoria daquele estabelecimento de caridade deixou de receber a quota que lhe tocava, com sólida base se pode julgar – não lhe faltar recursos para, com mais humanidade, cuidar da pobreza que lhe implora caridade.*

A Santa Casa de acordo com afirmação anterior recebia anualmente ajuda do Governo do Estado a título de subvenção, para prestar serviços de atendimento aos pobres. A partir dessa informação podemos questionar: Se esse pagamento era feito anualmente, por que os serviços prestados eram tão ruins? Parece que nosso jornalista tinha poucas esperanças de atingir seus objetivos de em pouco tempo alterar a qualidade do atendimento da Santa Casa, uma vez que finalizando seu artigo ele lança mão de outra estratégia apelando para o povo cuiabano que não haveria de faltar, atendendo a uma finalidade tão nobre.

> *Admitindo que por motivo plausível, a Diretoria esteja obrigada a assim proceder, resta-lhe ainda um expediente: recorrer ao povo que, não há negar, da sua vasta algibeira sairá dinheiro bastante para esse fim tão nobre.*
>
> *Não é com intenção de molestar a Diretoria dessa associação de caridade que esta impressão é aqui registrada, mas, simplesmente para que os leitores possam imaginar qual o conceito que merecemos dos que nos visitam e tem a oportunidade de presenciar essa cena que toca às raias do barbarismo.*

A leitura desses dois artigos nos leva à percepção de que a morte não iguala, pelo contrário, os serviços oferecidos por essas duas casas de atendimento e de inumação confirmam as diferenças diante da morte, uma vez que a Santa Casa oferece aos pobres apenas um serviço enquanto a empresa funerária oferece muitas opções, seja para enterramento de adultos ou de crianças; uma delas deveria se adequar às posses e aos desejos da família enlutada.

Mas, o descaso da Santa Casa com os enterramentos dos pobres, assim como as manifestações na imprensa sobre essa realidade parecem ter sido constante durante bastante tempo, como podemos perceber pela leitura do artigo abaixo, também publicado no jornal *O Comércio* em 19 de janeiro de 1926, dezesseis anos depois.

> ESQUIFE
>
> Causa-nos pânico e dá-nos uma impressão de terror de ver passar pelas ruas desta capital, em direção ao Cemitério da Piedade, conduzindo cadáver de algum miserável falecido na Santa Casa de Misericórdia o esquife daquele estabelecimento que o vulgo trata de "rabecão".
>
> Temos na capital do Estado a Empreza Funerária do Sr. Antonio Tenuta que está bem aparelhada para o desempenho desse serviço e não é tanto pesado ao governo do Estado contratá-la a fim de vermos sanadas estas irregularidades que se verificam no enterramento dos pobres e que muito depõe contra um povo civilizado. É a providência que esperamos do Governo do Estado, que há de ser digno em todos os tempos.

O artigo, não traz apenas uma crítica, conforme o artigo apresentado anteriormente, mas também em seu próprio corpo o que seria a provável solução àquela situação, assim como um marco de desenvolvimento, higienização e progresso da cidade: Uma empresa funerária que poderia por fim em todas as irregularidades em torno dos enterramentos dos pobres enfrentadas pela população e poderia ser enumerada como um importante elemento de civilização.

Na cidade de São Paulo os enterramentos, no século XIX, foram feitos a partir do sistema de concessões. A Câmara Municipal achou por bem estabelecer um contrato de condução de cadáveres, com os preços do transporte previamente estabelecido: O transporte deveria ser efetuado com carro decente de quatro rodas por deis mil réis e o pároco por seis mil réis. Os escravos ou qualquer pessoa que quisesse ser transportada

em carroça coberta de madeira pintada de preto pagaria apenas dois mil réis, enquanto os indigentes receberiam o serviço gratuitamente.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo assinou um contrato de privilégio de enterramentos na cidade estabelecendo normas dos serviços prestados aos usuários:

> *A reserva de aparatos fúnebres deveria ser feita no mínino seis horas antes do enterro, salvo em casos de epidemias ou moléstias contagiosas [...] A partir desse novo contrato, ficava proibida a condução de cadáveres em redes, panos, esteiras ou caixões abertos e descobertos, dentro da demarcação desta capital, sob pena de multa de 20$000 réis para a Câmara Municipal.* (GUEDES, 1986, p. 90)

Na cidade de São Paulo, como em outras que contaram com os serviços da Santa Casa, sob concessão, o fornecimento de caixões, veículos e demais aparatos e serviços funerários necessários à inumação era função exclusiva dessa entidade, sendo terminantemente proibido a qualquer outro praticar ou oferecer esses serviços. O fato de ser única a oferecer esses serviços pode ser a causa de alguns problemas nessas funções, conforme veremos em São Paulo e em Cuiabá.

Os enterramentos dos pobres parecem lembrar as dificuldades enfrentadas quanto aos enterramentos dos pestilentos, pois, conforme Cuiabá fustigada pela varíola na década de sessenta do século XIX, a cidade de São Paulo que foi seguidamente castigada pela mesma epidemia proíbe os enterramentos de variolosos em seu perímetro urbano: esses sepultamentos saem de dentro das igrejas para locais abertos afastados da cidade – são os cemitérios dos variolosos

Em virtude dos altos preços cobrados para o transportes de cadáveres, a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo sugeriu à Câmara Municipal que permitisse que os pobres falecidos no hospital de caridade fossem sepultados em cemitério mais próximo, na rua da Glória, alegando que a grande distância dificultava o transporte desses cadáveres. (GUEDES, 1986, p. 89)

A questão do "desrespeito" da Santa Casa com os enterramentos dos pobres foi observada também em Salvador desde o século XVIII, gerando protestos:

> *Em 1764, em Salvador, os irmãos negros de Santa Ifigênia protestaram contra a maneira desrespeitosa como eram sepultados os cadáveres dos pretos pela*

> *Santa Casa de Misericórdia, pondo em perigo a " imortalidade de suas almas e a futura ressurreição de seus corpos*". (REIS, 1991, 139)

Quanto aos enterramentos e transporte de cadáveres em Cuiabá na primeira década do século XX, o artigo a seguir publicado no mesmo jornal *O Comércio*, traz uma crítica aos enterramentos acompanhados com música realizados na cidade de Cuiabá em 1910. O jornalista, certamente imbuído do mesmo ideal de progresso e desenvolvimento, citados anteriormente, não vê com bons olhos essa prática, pois, se coloca como representante da população que, a seu ver, estaria sendo cotidianamente incomodada pelo ritmo da morte apresentado pela marcha fúnebre ou pelo triste badalo dos sinos executados nas igrejas ou pelas ruas da cidade. Esse artigo nos parece bastante representativo de uma proposta deliberada de expulsão da morte do cotidiano da cidade, assim como dos sentimentos que até então nutrimos por ela.

> NOTAS A LÁPIS
>
> Surpreende-me no meu árduo fazer de operário, as tocantes e expressivas notas de um baixo de banda que executa, com outros instrumentos, a marcha fúnebre. E, a essa música chorosa, faz coro um monótono dobre de sinos.
>
> Ela se aproxima, as notas vibradas pelo baixo, como um lamento, me confragem o coração. Os sinos badalam compassados e tristes, pedindo preces à alma daquele que é conduzido do leito eterno, e as suas vibrações fazem eco nas almas sensíveis.
>
> Esse conjunto de sons enfadonhos me fazem chorar: trazem-me à mente as considerações das diversas seitas religiosas acerca da eternidade. A idéia da morte ora me horroriza, ora me comunica o desejo de penetrar nos segredos d'outra vida que só com a morte, creio, nos será possível. Que horror!...
>
> Interrompo o meu trabalho e me deixo quedar em profundo sismar com as imperscrutáveis verdades (?) da vida eterna. Absorto, assim divagando, parece, minh'alma se desprende da matéria e dos meus sentidos só restam alguns lampejos. Nesse estado abstrato me conservo por instantes, até que aos poucos, essa corrente elétrica se torne contínua e a energia vital se manifeste, então prossigo o meu trabalho. Passou a crise.
>
> Porque nos comunicar pela musica e dobres, as dores que outros experimentam, quando todos nós, em futuro próximo ou remoto, devemos provar a consternação que a perda de uma pessoa amada causa?
>
> O nosso quinhão nos está reservado.

> Sumamente desnecessário são, pois, os taes dobres e a música fúnebre no transporte dos finados. Eles só nos trazem idéias desagradáveis e a sua utilidade não vejo.
>
> K.Y.Z[3]

O texto acima trata da morte e do morrer, trata também do culto aos mortos e como foi praticado no século XIX, esses cultos que parecem estar se extinguindo dentre nós do nascente século XX. Como afirmou Ariès: [...] a morte que perdemos e que nos faz falta. No entanto, a priori, parece não ser apropriado à nossa realidade pensar sobre esses cultos uma vez que viriam de encontro ao ideal de modernidade e progresso permanente sob o qual vivem homens e mulheres de nosso século. Devemos observar que até mesmo a assinatura do artigo, sendo feita através das últimas letras do alfabeto, faz referência ao fim que, apesar de parecer tão ignorado, a todos está reservado, como o próprio artigo afirma no penúltimo parágrafo.

BIBLIOGRAFIA

GUEDES, Sandra Paschoal L. de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVIII a XIX).* São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) . Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP.

REIS, João José. *A Morte é Uma Festa – Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas Práticas de Enterramento – Cuiabá, 1850-1889.* Cuiabá: Central de texto, 2005.

MATHIAS, Herculano Gomes. Rugendas – *A Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

RUSSEL – WOOD, A. J. R. – *Fidalgos e filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755.* Brasília: Ed. UNB, 1968.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. V.I, 1ª parte. s/d.

VILELLA. Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Deptº de História – UFMT.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo-Cuiabá: Marco Zero/EdUFMT, 1993.

[3] Publicação do jornal O Comércio de 02.06.1910 – Arquivo Público de Mato Grosso – APMT